



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo nº 5140.01.0005353/2026-63

AVISO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS – COTEP

DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR		
PROCESSO:	Cotação Eletrônica de Preços – COTEP 5141001 - 056/2026	
CONTRATANTE:	Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE	
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para fornecimento, montagem, operação, suporte técnico presencial, cabeamentos, acessórios, desmontagem e retirada de painel de LED indoor, incluindo toda a mão de obra necessária, para atendimento ao evento interno "Conecta 2ª edição", promovido pela PRODEMGE, a ser realizado na Sala Minas Gerais	
VALOR TOTAL:	Orçamento sigiloso	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	Menor Preço	
EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS:	Sim	
LOCAL: Portal de Compras do Estado de Minas Gerais - http://compras.mg.gov.br/		
PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS: Após a divulgação do Aviso de Contratação Direta até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.		
DATA DA SESSÃO DE LANCES	HORÁRIO DA ABERTURA	HORÁRIO DO FECHAMENTO
27/10/2026	08:00h	14:00h

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

- 1.1. A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE, CNPJ 16.636.540/0001-04, localizada à Rua da Bahia, 2277, Bairro Savassi, Cidade de Belo Horizonte/MG, torna pública a realização de dispensa de licitação por valor - Cotação Eletrônica, nos termos dos incisos I e II do art. 29 da Lei Federal nº 13.303/2016, art. 78,

inciso I e II do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC da PRODEMGE e Resolução SEPLAG nº 034 de 2023, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**, por meio do site www.compras.mg.gov.br.

1.2. O procedimento será exclusivo a ME/EPP/EQUIPARADAS, com o objetivo de selecionar a proposta economicamente mais vantajosa, concomitantemente à elaboração da pesquisa de preços.

1.3. Integram este Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.3.1. ANEXO I – Termo de Referência;

1.3.2. ANEXO II – Modelo Proposta Comercial;

1.3.3. ANEXO III – DECLARAÇÃO DE VISTORIA;

1.3.4. ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA A VISTÓRIA TÉCNICA

2. OBJETO

2.1. O objeto da presente cotação eletrônica de preços - COTEP é a Contratação de empresa especializada para fornecimento, montagem, operação, suporte técnico presencial, cabeamentos, acessórios, desmontagem e retirada de painel de LED indoor, incluindo toda a mão de obra necessária, para atendimento ao evento interno "Conecta 2ª edição", promovido pela PRODEMGE, a ser realizado na Sala Minas Gerais, conforme especificações e condições constantes deste aviso de dispensa de licitação por valor e dos seus anexos.

2.2. Havendo mais de um lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Ressalta-se que ao optar por participar do lote, a proposta deverá contemplar todos os itens que o compõe.

2.3. Em caso de divergência entre as disposições deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor e de seus anexos, e as demais peças que compõem o processo e/ou as especificações do objeto descritas no Portal de Compras/MG, prevalecerão as deste Aviso e de seus anexos.

3. PARTICIPAÇÃO NA COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS – COTEP

3.1. A participação na presente Cotação Eletrônica de Preços - COTEP se dará exclusivamente por meio do Portal de Compras do Estado de Minas Gerais.

3.2. As orientações para participação na Cotação Eletrônica de Preços – COTEP são apresentadas no Manual COTEP MG - NLLC - Versão Fornecedor.

3.3. **Poderão participar** desta COTEP os fornecedores cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste instrumento convocatório, e que estejam regularmente inscritos no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF do Estado de Minas Gerais.

3.3.1. A inscrição no CAGEF deve ser realizada no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura da COTEP, por meio do site www.compras.mg.gov.br - Fornecedor.

3.3.2. O sistema encaminhará automaticamente mensagem eletrônica para os representantes de fornecedores inscritos no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF, cuja linha de fornecimento cadastrada no sistema atenda o objeto deste processo.

- 3.4. Enquadrem-se na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

4. IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

- 4.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, qualquer pessoa poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos a este Aviso.
- 4.2. A impugnação ou pedido de esclarecimento deverá ser apresentado, exclusivamente, em campo próprio no Portal de Compras, denominado “Esclarecimentos/Impugnação”.
- 4.2.1. Não serão recebidos pedidos de esclarecimentos enviados por meios diversos do previsto no subitem 4.2. deste Aviso exceto em caso de indisponibilidade do Portal de Compras, quando serão aceitos, alternativamente, pelo e-mail compras@prodemge.gov.br, observados os prazos do subitem supracitado.
- 4.2.1.1. Por ser medida excepcional, o pedido de esclarecimento remetido por e-mail deverá ser acompanhado da comprovação da indisponibilidade do sistema.
- 4.3. Não serão conhecidas os pedidos de esclarecimentos interpostos após o prazo previsto no item 4.1. deste Aviso, que não possuam identificação ou fundamentação, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no item 4.2 deste Aviso, casos em que tais documentos receberão tratamento como mera informação.
- 4.4. Caberá ao Agente da Contratação, auxiliado pela equipe de apoio e pelos responsáveis pela elaboração deste Aviso e seus Anexos, decidir sobre a solicitação de esclarecimentos no dia anterior a abertura da sessão.
- 4.5. Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 4.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas em campo próprio no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais (www.compras.mg.gov.br).
- 4.7. Acolhida a impugnação, será definida nova data para a realização do certame, que será publicada nos mesmos canais utilizados para a divulgação inicial da COTEP.
- 4.8. Qualquer modificação no Aviso e seus anexos exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E INGRESSO NA COTEP

- 5.1. Durante o período estabelecido neste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, o fornecedor interessado encaminhará a sua proposta, exclusivamente, por meio do [Portal de Compras do Estado MG](#), informando, obrigatoriamente no sistema:
- 5.1.1. a marca/modelo em caso de produtos;
- 5.1.2. o valor unitário e total do lote.
- 5.2. Os preços ofertados, tanto na fase do lançamento da proposta no sistema, quanto na sessão de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, e deverão:
- 5.2.1. Incluir todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente do fornecedor, inclusive os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anexo I -Termo de Referência, e do compromisso de cumprir o objeto nos seus termos, bem como de prestar serviços em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução do objeto, promovendo, quando requerido, sua substituição, quando for o caso.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior à 30 dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

6. FASE DE LANCES

6.1. A fase de lances ocorrerá exclusivamente por meio do [Portal de Compras do Estado MG](#).

6.2. Após o término do prazo estabelecido, o Portal de Compras MG ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação, observado o respectivo critério de julgamento.

6.3. O fornecedor somente poderá oferecer lance de valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado.

6.4. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

6.6. Na hipótese de haver lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no Portal de Compras MG.

6.7. Na hipótese de não serem enviados lances no período e haver empate entre duas ou mais propostas, será realizado sorteio no próprio sistema para classificação das propostas empatadas.

6.8. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a compra.

7.2. Havendo necessidade, o responsável pelo procedimento poderá suspender a sessão posteriormente à conclusão da etapa de lances, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.3. Poderá haver a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG e de forma pública e transparente.

7.4. Os valores da negociação deverão ser registrados em campo próprio do referido sistema.

7.5. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, tiver a sua proposta desclassificada em razão de sua oferta permanecer acima do preço máximo definido para a compra, a negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG, respeitada a ordem de classificação.

7.6. Estando o preço compatível, será solicitado ao fornecedor classificado em primeiro lugar o envio da sua proposta comercial assinada e adequada aos últimos valores ofertados, ou, quando não ocorrerem lances, contendo os preços inicialmente ofertados.

7.7. O prazo para o envio da proposta negociada será de até 1 (uma) hora, podendo ser prorrogado a critério do agente de contratação.

7.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área técnica especializada no objeto.

7.9. Será desclassificada a proposta classificada em 1º lugar:

7.9.1. que contiver vícios insanáveis;

7.9.2. que descumprir às especificações técnicas contidas neste Aviso e anexos;

7.9.3. que apresentar preços acima do preço máximo definido para a compra;

7.9.4. que apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste instrumento convocatório, desde que insanável.

7.10. Da Apresentação de Amostras:

7.10.1. Não haverá apresentação de amostra no presente certame.

7.11. Encerrada a análise quanto ao julgamento e aceitabilidade da proposta, o responsável pelo procedimento realizará a verificação da habilitação do fornecedor classificado em primeiro lugar junto a equipe técnica responsável.

8. HABILITAÇÃO

8.1. Para a habilitação do fornecedor melhor classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe no Anexo I - Termo de Referência.

8.2. Para fins de habilitação, o Agente de Contratação poderá verificar as informações constantes no CAGEF e CAFIMP e CEIS e juntará ao Portal.

8.3. O prazo para o envio da documentação de habilitação será de até 1 (uma) hora, podendo ser prorrogado a critério do agente de contratação.

8.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do CAGEF, o fornecedor vencedor, após solicitado, deverá encaminhar exclusivamente por meio do sistema no prazo de até 1 (uma) hora, podendo ser prorrogado a critério do agente de contratação.

8.5. A não regularização dos documentos implicará a inabilitação do fornecedor, salvo se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar as certidões válidas.

8.6. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

9. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. Encerradas as etapas de julgamento e de habilitação, na hipótese de procedimento cuja pesquisa de preços tenha sido realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do art. 10 da Resolução Seplag nº 102, de 2022, deverá ser juntada aos autos da contratação a declaração de disponibilidade orçamentária e financeira de que trata o inciso V do caput do art. 6º da Resolução Seplag n. 34 de 2023, como requisito para os atos de adjudicação e homologação.

10. DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. A contratação decorrente de procedimento cuja pesquisa de preços tenha sido realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa somente será efetivada após a devida análise técnica e administrativa, com a verificação da compatibilidade dos preços, da vantajosidade da proposta e da existência de disponibilidade orçamentária. **Portanto, a contratação somente será efetivada após as devidas aprovações internas e mediante disponibilidade orçamentária.**
- 10.2. Caso se conclua pela contratação, o fornecedor vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente.
- 10.3. O instrumento de contratação, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados de maneira eletrônica, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG.
- 10.4. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, os participantes interessados deverão acessar o Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG, por meio do link www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno, e clicar em "Clique aqui se para se cadastrar".
- 10.5. O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para firmar e aceitar o termo de contrato ou instrumento equivalente.
- 10.6. As regras e condições contratuais estão integralmente previstas nos anexos deste Aviso.

11. SANÇÕES

- 11.1. As sanções são aquelas previstas no Anexo I - Termo de Referência.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. O procedimento será divulgado no Portal de Compras MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e encaminhado automaticamente por mensagem eletrônica para os representantes de fornecedores inscritos no Cadastro Geral de Fornecedoros – CAGEF, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 12.2. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante sessão pública observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 12.3. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 12.4. As normas disciplinadoras deste Aviso serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da compra.
- 12.5. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Aviso e o Termo de Referência no site: www.compras.mg.gov.br ou www.prodemge.com.br.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto

1.1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento, montagem, operação, suporte técnico presencial, cabeamentos, acessórios, desmontagem e retirada de painel de LED indoor, incluindo toda a mão de obra necessária, para atendimento ao evento interno "Conecta 2ª edição", promovido pela PRODEMGE, a ser realizado na Sala Minas Gerais nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência -TR.

Item	Descritivo	Unidade de medida	Quantidade
1	Locação de painel de LED indoor P2.9, medindo 7m x 4m, incluindo montagem, operação técnica durante o evento, desmontagem, processadora de led, notebook para ppt, passador de slide (spotlight), técnico de projeção, estrutura de sustentação, cabeamento para equipamentos, transporte, carpete ou outro material equivalente para forração da área dos equipamentos e toda mão de obra necessária	PS	01

1.2. Caracterização do objeto

1.2.1. O objeto da presente contratação é de baixo valor, e se enquadra no inciso II ou do artigo 78 do *Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC*, respeitadas as rotinas estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 quanto aos procedimentos operacionais necessários, a partir da abertura da sessão pública até a homologação do certame, devido ao uso do Portal de Compras do Estado de Minas Gerais, para o caso de Cotação Eletrônica de Preços – COTEP.

1.3. Contratação de microempresas e empresas de pequeno porte

1.3.1. Diante do valor estimado, a presente contratação terá como regra a participação exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME e EPP), conforme art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 8º do Decreto Estadual nº 47.437/2018.

1.4. Contratação via Ordem de Compra e Serviços - OCS.

1.4.1. Em atenção ao art. 142, inciso I do RILC, a contratação será formalizada por OCS – Ordem de compra e serviços, documento equivalente ao termo de contrato.

1.5. Dispensa de Documentos do Planejamento

1.5.1. A presente contratação se enquadra como contratação direta de baixo valor. Portanto, o presente processo é dispensado da elaboração do ETP e do Mapa de Risco, conforme art. 22, §1º, inciso I do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC.

1.6. Documentos complementares

1.6.1. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência – TR:

- a) Anexo I – Modelo de Proposta comercial
- b) Anexo II – Declaração de vistoria
- c) Anexo III – Declaração de Renúncia a vistoria

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de painel de LED de alta resolução para veiculação de conteúdos audiovisuais durante o evento Conecta Prodemge - 2ª edição, incluindo:

- fornecimento do painel;
- transporte;
- montagem;
- estrutura de sustentação;
- configuração dos equipamentos;
- processadora de vídeo;
- operação técnica durante todo o evento;
- desmontagem e retirada dos equipamentos;
- suporte técnico presencial.

2.2. O painel deverá possuir dimensão mínima de **7 metros de largura por 4 metros de altura**, garantindo alta qualidade de imagem, nitidez, estabilidade e desempenho compatíveis com a exibição de vídeos institucionais, apresentações, conteúdos de multimídia, elementos visuais de storytelling e demais materiais previstos na programação.

2.3. A solução deverá ser disponibilizada em perfeitas condições de funcionamento, cabendo à contratada a responsabilidade integral pela instalação, operação, manutenção corretiva emergencial durante o evento e pela substituição imediata de equipamentos ou componentes que apresentem falhas, sem ônus adicional para a PRODEMGE.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Fundamentação

3.1.1. Não se aplica para pesquisa de preços.

3.2. Motivação da contratação

3.2.1. Não se aplica para pesquisa de preços.

3.3. Relação entre a necessidade da contratação e os respectivos volumes e características do objeto

3.3.1. Não se aplica para pesquisa de preços.

3.4. Benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação.

3.4.1. Não se aplica para pesquisa de preços.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Participação de consórcios

4.1.1. A participação de consórcios não será permitida nesta contratação. Considerando que a prestação dos serviços não envolve alta complexidade técnica, a Administração entende que a participação de empresas consorciadas não é viável e a vedação não acarreta prejuízos econômicos nem restrições à competição. Isso se deve ao fato de haver potenciais fornecedores no mercado com capacidade de prestar os serviços de forma independente.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica

4.3.1. Em razão da natureza do objeto, que são relacionados à prestação de serviços, não se aplicam critérios de sustentabilidade relacionados a impactos ambientais, sociais e econômicos ao objeto da contratação, haja vista que não há qualquer impacto ambiental (solo, subsolo, ar, água, clima, fauna, flora, uso e ocupação do solo etc.) na prestação de serviços.

4.4. Indicação de marcas ou modelos (art. 114, I, do RILC)

4.4.1. Não se aplica.

4.5. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço (art. 114, IV, do RILC)

4.5.1. Não se aplica.

4.5.2.

4.6. Garantia dos Bens

4.6.1. Não se aplica.

4.6.2.

4.7. Exigência de carta de solidariedade

4.7.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

4.8. Requisitos legais

4.8.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à [Constituição Federal](#), à [Lei nº 13.303/2016](#) (Estatuto Jurídico das Estatais), o *Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC*, [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

4.9. Requisitos de Segurança e Privacidade

4.9.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação da PRODEMGE, as políticas podem ser acessadas através dos links:

4.10. <https://www.PRODEMGE.gov.br/privacidade-de-dados>;

4.11. <https://www.PRODEMGE.gov.br/governanca/politicas>.

5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

5.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de Cotação Eletrônica de Preços - COTEP, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, concomitante à pesquisa de preços.

5.2. Modo de disputa

5.2.1. Será adotado o modo de disputa “aberto”, em que os proponentes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.3. Regime de execução

5.3.1. O regime de execução será empreitada por preço global.

5.4. Critérios da aceitabilidade da proposta

5.4.1. Para aceitação da melhor proposta, será considerado:

5.4.1.1. Atendimento aos requisitos técnicos definidos neste Termo de Referência;

5.4.1.2. Compatibilidade com os valores unitários e global estimados do lote único;

6. HABILITAÇÃO

6.1. Requisitos de habilitação

6.1.1. Para fins de habilitação, deverá o proponente comprovar os seguintes requisitos:

6.2. Habilitação jurídica

6.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.2.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.2.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

6.2.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.2.5. Decreto, portaria de autorização ou documentação equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

6.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

6.2.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

6.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

6.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual de Minas Gerais;

6.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

6.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

6.3.6. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

6.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal.

6.3.9. Para fins de habilitação, poderá ser utilizado o CAGEF para apresentação dos documentos.

6.4. Capacidade Econômico-Financeira

6.4.1. Na forma do art. 64, §9º, do RILC, as contratações de valores inferiores aos limites dos incisos I e II do art. 78 do Regulamento, poderão ter os requisitos de capacidade econômico-financeira dispensados.

6.4.2. Qualificação técnica

6.4.3. Não se aplica.

6.5. Qualificação técnico-operacional

6.5.1. Não se aplica.

6.6. Qualificação técnico-profissional

Não se aplica.

6.7. Vistoria

6.7.1. O FORNECEDOR poderá visitar e vistoriar as instalações, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

6.7.2. A vistoria deverá ser feita em companhia de empregado designado pela PRODEMGE, mediante prévio agendamento com Érica Lopes, pelo telefone (31) 98787-9544 ou pelos e-mails: comunicacao@prodemge.gov.br / erica.bicalho@prodemge.gov.br, sendo a mesma, permitida até a véspera da sessão do Processo de Cotação Eletrônica.

6.7.3. A vistoria será agendada no local onde acontecerá o evento: Sala Minas Gerais. Rua Tenente Brito Melo, nº 1090, Barro Preto. BH/MG. A visita poderá ser realizada de Segunda a Sexta Feira, das 09 às 16 horas. Serão disponibilizados datas e horários diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

6.7.4. Realizada a visita/vistoria, a PRODEMGE emitirá uma DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA, conforme modelo ANEXO II deste Termo de Referência, atestando que o FORNECEDOR vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações assumidas relacionadas ao objeto deste Termo de Referência;

6.7.5. Caso a interessada opte por não realizar a visita/vistoria aos locais, o termo DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA TÉCNICA deverá ser emitido, conforme modelo ANEXO III deste Termo de Referência, o qual dispensa a necessidade de visita/vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço do presente Termo;

6.7.6. A apresentação da DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA ou da DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA TÉCNICA, conforme os modelos disponibilizados nos anexos II e III deste Termo de Referência, serão obrigatórios para a aprovação do FORNECEDOR que apresente a melhor proposta.

6.7.7. Todas as dúvidas técnicas deverão ser encaminhadas por escrito, até o prazo máximo de 01 (um) dia útil antecedente ao encerramento da sessão de lances da COTEP, e serão esclarecidas nesta mesma forma e prazo por meio do portal eletrônico da COTEP.

6.7.8. A vistoria poderá ser realizada por representante da empresa nomeado legalmente, bem como por qualquer preposto do FORNECEDOR ou outro profissional competente, desde que formalmente designado para esse fim.

6.7.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o CONTRATADO assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Prazos de entrega.

7.1.1. O objeto contratado será entregue nos seguintes prazos e condições:

Item	Descrição	Prazo de Entrega/Execução	Início do Prazo/Execução
1	Painel de LED P2.9 7x4m com montagem e desmontagem	12/11 – Montagem do equipamento 13/11 - Utilização do equipamento	Recebimento da OCS

7.1.2. Caso não seja possível a entrega/execução na data assinalada, o FORNECEDOR deverá comunicar, por escrito, as razões respectivas, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, para análise de qualquer pleito de prorrogação de prazo, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

7.1.3. Por se tratar de entrega única e imediata, o prazo máximo de entrega do objeto será de 2 (dois) dias, podendo ser prorrogado por igual período, respeitando o disposto no subitem 7.1.2.

7.1.4. Para análise do pleito, a solicitação deverá conter, no mínimo:

7.1.4.1. Motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, acompanhado da previsão do novo prazo de entrega;

7.1.4.2. Documentos que relatem e justifiquem a ocorrência do descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, boletim de ocorrência de sinistro, ou outro documento equivalente;

7.1.4.3. Evidências dos esforços realizados para mitigação de danos, com demonstração das medidas adotadas para minimizar o impacto negativo decorrente do atraso na entrega da solução.

7.1.5. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pela **PRODEMGE** de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se o **FORNECEDOR** da decisão proferida.

7.1.6. Em caso de indeferimento da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega estabelecidas neste Termo de Referência.

7.1.7. A responsabilidade de entregar e fazer é exclusivamente do **FORNECEDOR**, independente das suas relações comerciais com terceiros ou seus fornecedores, não sendo justificativa do seu inadimplemento no atendimento dos prazos estabelecidos na OCS.

7.1.8. O período de interrupção da execução do objeto decorrente de evento (s) caracterizado (s) como caso fortuito ou força maior, desde que verificado (s) e aceito (s) pela **PRODEMGE**, acarretará a suspensão da contagem do prazo contratual.

7.1.9. Na contagem de prazos estabelecida em dias, excluir-se-á o dia do começo, e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

7.2. Local e horário de entrega

7.2.1. Os equipamentos e serviços deverão ser entregues e prestados no seguinte endereço: Rua Tenente Brito Melo, nº 1090, Barro Preto, Belo Horizonte/MG – (Auditório da Sala Minas Gerais), nos seguintes horários: 12/11 – Montagem, às 17h30 horas. E no dia 13/11 o equipamento deverá funcionar das 7h30 às 13h30, devendo ser desmontado posterior a este horário.

7.2.2. A entrega e os serviços deverão ser agendados com: Érica Lopes (31) 98787-9544

7.2.3. O descarregamento dos equipamentos ficará a cargo do **FORNECEDOR**, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

7.3. Condições de entrega

7.3.1. Os itens deverão ser entregues em embalagens apropriadas e não violadas e estar acompanhados da nota fiscal, que deverá conter, além dos itens obrigatórios pela legislação vigente, o número da ordem de fornecimento e informações como descrição, marca, modelo e a quantidade correspondente a cada item.

7.3.2. Não serão recebidos materiais que apresentarem, nas embalagens, sinais de violação e/ou variação na estrutura, umidade, inadequação em relação ao conteúdo.

7.3.3. O armazenamento e o transporte dos itens deverão atender às especificações técnicas de cada produto.

7.3.4. A fim de comprovar a qualidade dos itens, caso haja queixa técnica ou suspeita de alguma irregularidade, a **PRODEMGE** poderá solicitar, a qualquer momento, amostras para análise.

7.4. Condições da prestação dos serviços

7.4.1. Os serviços de montagem, operação, suporte técnico presencial, fornecimento de cabeamentos e acessórios, bem como desmontagem e retirada de painel de LED indoor, incluindo toda a mão de obra necessária à sua execução, destinados ao atendimento do evento interno “Conecta – 2ª Edição”, promovido pela PRODEMGE, deverão ser realizados em conformidade com as condições, especificações e exigências estabelecidas neste Termo de Referência (TR).

7.5. Materiais a serem disponibilizados

7.5.1. Para a perfeita execução do objeto, o Fornecedor deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- fornecer equipamentos em perfeito estado de funcionamento;
- realizar montagem e testes antes do início da programação;
- Proteger o piso do palco, colocando a proteção indicada (EVA, tapete ou outro material equivalente) embaixo da estrutura da tela e demais equipamentos que ficarão em cima do palco;
- disponibilizar operador técnico durante todo o evento;
- garantir suporte técnico presencial;
- providenciar substituição imediata de equipamentos em caso de falha;

- atender às normas de segurança aplicáveis ao local do evento;
- realizar desmontagem e retirada integral dos equipamentos após o encerramento das atividades.

8. REGRAS LEGAIS

8.1.1. A OCS deverá ser executada fielmente pelo **Fornecedor**, de acordo com suas cláusulas, *Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PRODEMGE – RILC* e Lei nº 13.303/2016.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Recebimento do objeto

9.1.1. Havendo controvérsia quanto à execução do objeto, seja em relação à dimensão, qualidade ou quantidade, deverá ser comunicada ao **Fornecedor** para emissão de nota fiscal ou fatura correta, e/ou devolução do objeto, sem custos para a Prodemge.

9.1.2. O prazo para solução, pelo **FORNECEDOR**, de inconsistências na execução do objeto ou para o saneamento de irregularidades na nota fiscal ou fatura, identificadas pela **PRODEMGE** durante a análise prévia ao pagamento, não será computado para efeito de contagem do prazo de recebimento definitivo.

9.1.3. O recebimento não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.1.4. O **FORNECEDOR** ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, podendo a fiscalização reter o ateste da nota fiscal até a plena regularização das pendências.

9.2. Condições de pagamento

9.2.1. O pagamento está condicionado ao ateste de execução dos serviços, e deverá ser efetuado mediante a apresentação, pelo **FORNECEDOR**, de Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente contendo o detalhamento do objeto executado.

9.2.2. As Notas Fiscais/Faturas de serviços deverão ser encaminhadas até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, para o endereço de correio eletrônico recebe.nfe@prodemge.gov.br.

9.2.3. As Notas Fiscais/Faturas encaminhados em desacordo com as condições elencadas no item acima conferem à PRODEMGE o direito de solicitar o cancelamento das mesmas.

9.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça o pagamento, está ficará sobrestada até que o **FORNECEDOR** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à **PRODEMGE**.

9.2.5. Caso o **FORNECEDOR** opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante da OCS, deverá este comprovar a regularidade fiscal de ambos os CNPJ por ocasião dos pagamentos.

9.2.6. A **PRODEMGE**, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar ao **FORNECEDOR**, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo mesmo, nos termos deste TR.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento relativo aos serviços prestados, será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do ateste de execução dos serviços, conforme disposto na seção anterior.

9.3.2.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo **FORNECEDOR**.

9.4.2. O desconto de títulos ou cobrança bancária somente poderá ser efetuado com a prévia autorização por escrito da **PRODEMGE**.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.5. O **FORNECEDOR** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

10.1. São obrigações da PRODEMGE:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **FORNECEDOR**, de acordo com Termo de Referência e demais documentos que pautaram a contratação.

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.1.3. Notificar o **FORNECEDOR**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações pelo **FORNECEDOR**.

10.1.5. Comunicar o **FORNECEDOR** para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade.

10.1.6. Efetuar o pagamento ao **FORNECEDOR** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

10.1.7. Aplicar ao **FORNECEDOR** as sanções previstas na Lei e neste Termo de Referência.

10.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.9. A **PRODEMGE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **FORNECEDOR** com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **FORNECEDOR**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.1.10.

10.2. São obrigações do FORNECEDOR:

10.2.1. O **FORNECEDOR** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e dos demais documentos que pautaram a execução do objeto, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução, observando, ainda, as demais obrigações constantes deste item:

10.2.1.1. Cumprir os prazos previstos neste Termo de Referência;

10.2.1.2. Indicar formalmente representante junto à **PRODEMGE**, que deverá responder pela fiel execução do objeto;

10.2.1.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à **PRODEMGE** ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela Companhia;

10.2.1.4. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a **PRODEMGE**.

10.2.1.5. Emitir fatura no valor pactuado.

10.2.1.6. Realizar a montagem e a desmontagem no dia combinado.

10.2.1.7. Realizar a troca de qualquer componente que não permita o pleno funcionamento do painel contratado, em, no máximo 30 minutos.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em caso de infrações cometidas pelo CONTRATADO no âmbito da contratação formalizada por Ordem de Serviço, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, aplicar-se-ão as disposições do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **PRODEMGE** e do Manual de Processo Sancionatório em Licitações e Contratos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2. Considera-se infração administrativa, para os fins desta contratação, a prática, pelo CONTRATADO, de qualquer das seguintes condutas:

I. dar causa à inexecução parcial da obrigação assumida;

II. dar causa à inexecução total da obrigação assumida;

- III. retardar injustificadamente a entrega do objeto;
- IV. entregar objeto em desconformidade com as especificações constantes da Ordem de Serviço, Autorização de Fornecimento, proposta ou demais documentos que instruem a contratação;
- V. deixar de substituir, corrigir ou complementar o objeto rejeitado pela **PRODEMGE**, quando cabível;
- VI. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa no curso da contratação ou de sua execução;
- VII. praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- VIII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IX. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3. Constatada a ocorrência de infração administrativa, poderão ser aplicadas ao CONTRATADO, observada a gravidade da conduta, as seguintes sanções:

- I. Advertência
- II. Multa
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PRODEMGE, pelo prazo de 1 (um) a 24 (vinte e quatro) meses.

11.4. A advertência poderá ser aplicada em caso de descumprimento de obrigação de menor gravidade, desde que não haja prejuízo relevante à **PRODEMGE**, especialmente nas hipóteses de atraso ou falha sanável na entrega do objeto.

11.5. A multa poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

- I. multa moratória de 0,20% (vinte centésimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculada sobre o valor do objeto ou da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- II. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto ou da parcela inadimplida, nos casos de inexecução parcial, entrega em desconformidade com as especificações ou não correção/substituição do objeto rejeitado;
- III. multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de inexecução total da obrigação assumida;
- IV. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, no caso de apresentação de documentação falsa ou prestação de declaração falsa;
- V. multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, no caso de prática de ato fraudulento, comportamento inidôneo ou ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **PRODEMGE** poderá ser aplicada conforme a gravidade da infração, observados, entre outros, os seguintes parâmetros:

I. de 1 (um) a 6 (seis) meses, nos casos de atraso injustificado na entrega do objeto, quando não houver grave prejuízo à **PRODEMGE**;

II. de 6 (seis) a 12 (doze) meses, nos casos de entrega de objeto em quantidade ou qualidade diversa da prevista, quando a irregularidade não causar grave prejuízo à **PRODEMGE**;

III. de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de inexecução parcial com prejuízo relevante à **PRODEMGE**, entrega de objeto falsificado ou adulterado, fraude, comportamento inidôneo ou atraso injustificado que comprometa a finalidade da contratação;

IV. de 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de inexecução total da obrigação assumida ou de conduta de elevada gravidade.

11.7. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui a obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados à **PRODEMGE**.

11.8. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e motivação. do ajuizamento, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da comunicação pela autoridade competente.

11.9. A multa aplicada poderá ser descontada de valores eventualmente devidos pela **PRODEMGE** ao **CONTRATADO**, sem prejuízo da cobrança administrativa ou judicial do saldo remanescente, quando cabível.

11.10. Antes de eventual cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da comunicação expedida pela autoridade competente.

11.11. A aplicação de sanções será precedida de processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observado o procedimento previsto no Manual de Processo Sancionatório em Licitações e Contratos da **PRODEMGE**.

11.12. Quando a infração administrativa também configurar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013, a apuração poderá ocorrer nos mesmos autos ou em procedimento próprio, conforme a disciplina normativa aplicável e a competência da autoridade responsável.

11.13. A dosimetria das sanções observará a natureza e a gravidade da infração, a extensão do dano ou risco causado à **PRODEMGE**, a vantagem auferida ou pretendida pelo **CONTRATADO**, a culpabilidade, os antecedentes, a reincidência, os objetivos da sanção e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e poderá ser informado após a fase de lances.

13. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. Não se aplica para pesquisa de preços.

Anexo I – Modelo de Proposta Comercial

Procedimento de Cotação Eletrônica de Preços – COTEP: nº xxx/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento, montagem, operação, suporte técnico presencial, cabeamentos, acessórios, desmontagem e retirada de painel de LED indoor, incluindo toda a mão de obra necessária, para atendimento ao evento interno "Conecta 2ª edição", promovido pela PRODEMGE, a ser realizado na Sala Minas Gerais

Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

À Companhia de Tecnologia da Informação de Minas Gerais – PRODEMGE.

Em atendimento à Dispensa de Licitação em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

Item	Descritivo	Unidade de medida	Quantidade	Valor Total
1	Locação de painel de LED indoor P2.9, medindo 7m x 4m, incluindo montagem, operação técnica durante o evento, desmontagem, processadora de led, notebook para ppt, passador de slide (spotlight), técnico de projeção, estrutura de sustentação, cabeamento para equipamentos, transporte, carpete ou outro material equivalente para forração da área dos equipamentos e toda mão de obra necessária	PS	01	

Prazo de validade da proposta: ____/2026.

Data: ____/____/____

Responsável: _____

Anexo II – Declaração de Vistoria Técnica

A empresa DECLARA, para os devidos fins, que no dia/...../..... encaminhou o Sr.(a), CPF, que realizou vistoria nas instalações da Sala Minas Gerais, situada na Rua Tenente Brito Melo, nº 1090, Barro Preto, Belo Horizonte/MG – (Auditório da Sala Minas Gerais), onde o (a) referido (a) profissional especializado obteve todos os elementos e informações necessários para a elaboração da proposta que atenda o presente Termo de Referência, para Contratação de empresa especializada para fornecimento, montagem, operação, suporte técnico presencial, cabeamentos, acessórios, desmontagem e retirada de painel de LED indoor, incluindo toda a mão de obra necessária, para atendimento ao evento interno "Conecta 2ª edição", promovido pela PRODEMGE, a ser realizado na Sala Minas Gerais

Assinatura do vistoriador: _____

Nome do vistoriador: _____

RG ou Registro no Conselho: _____

Razão Social e CNPJ: _____

Representante Designado pela PRODEMGE: _____

Anexo III – Declaração de Renúncia à Vistoria Técnica

(Nome) responsável legal da
empresa:.....,CNPJ,nº.....Endereço:.....
.....
Fone:.....Email:.....

Declara que renuncia à Visita Técnica ao local e as instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto, e o quadro técnico da empresa **tomou conhecimento das reais condições de execução para a Contratação de empresa especializada para fornecimento, montagem, operação, suporte técnico presencial, cabeamentos, acessórios, desmontagem e retirada de painel de LED indoor, incluindo toda a mão de obra necessária, para atendimento ao evento interno "Conecta 2ª edição", promovido pela PRODEMGE, a ser realizado na Sala Minas Gerais**, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, **responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo de contratação**, em nome da empresa que represento.

Belo Horizonte, ... de de 2026.

Assinatura do representante legal ou procurador da empresa:

.....